

LUZ FUX

4ª EDIÇÃO

REFORMULADA, ATUALIZADA E AMPLIADA

PREFÁCIO

DESEMBARGADOR

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE
PINHO

TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 28.08.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F996t
4. ed.

Fux, Luiz,
Teoria geral do processo civil / Luiz Fux. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.
680 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5964-861-0

1. Direito processual – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

23-85726

CDU 347.91/.95(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1
1. O Direito Processual.....	1
2. Posição enciclopédica do Direito Processual Civil.....	2
3. A norma processual.....	6
4. Fontes do Direito Processual Civil.....	8
5. Aplicação, interpretação e eficácia da lei processual civil no tempo e no espaço... ..	12
5.1 Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil.....	20
 Capítulo 2 – HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – BREVE ESCORÇO HISTÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	23
1. O processo no Direito antigo.....	23
2. Direito brasileiro anterior e Direito vigente.....	29
2.1 Ordenações lusitanas.....	29
2.2 Códigos estaduais.....	30
2.3 Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973.....	31
2.4 Código de Processo Civil de 2015.....	31
3. A análise econômica do Direito Processual.....	42
 Capítulo 3 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO	51
1. Princípio do devido processo legal.....	53
2. Princípio dispositivo.....	55
3. Princípio da prioritária solução consensual.....	56
3.1 Justiça multiportas: arbitragem, conciliação e mediação.....	58
3.2 Desjudicialização de conflitos.....	64
4. Princípios da efetividade e da duração razoável do processo.....	68
5. Princípio da cooperação.....	74
6. Princípio da boa-fé objetiva (proteção à confiança).....	76
7. Princípio do contraditório e vedação à decisão surpresa.....	78

8. Princípio da economia processual.....	80
9. Princípio da eficiência.....	82
10. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	84
11. Princípio da economicidade.....	85
12. Princípio da preclusão <i>secundum eventum litis</i>	86
13. Princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade	90
Capítulo 4 – ASPECTOS ÉTICOS E ECONÔMICOS DO PROCESSO	93
1. Generalidades.....	93
2. Custas processuais.....	94
3. Honorários advocatícios	99
3.1 Sucumbência recursal.....	106
4. Dano processual e litigância de má-fé.....	108
4.1 Deveres das partes e dos procuradores.....	109
4.2 Descumprimento das decisões judiciais. Atentado à justiça. Crime de desobediência	111
5. Assistência jurídica e gratuidade de justiça	115
5.1 Assistência jurídica.....	115
5.2 Gratuidade de justiça	119
Capítulo 5 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	123
1. Tutela jurisdicional: conceito e espécies.....	123
1.1 Tutela jurisdicional: conceito.....	123
2. Espécies de tutela jurisdicional	126
2.1 Tutela de cognição.....	126
2.2 Tutela de execução.....	132
2.3 Tutela inibitória.....	135
2.4 Tutela provisória.....	140
2.4.1 Fundamentos e antecedentes: tutela cautelar, tutela de segurança e tutela satisfativa de urgência.....	140
2.4.2 Generalidades.....	157
2.4.3 Tutela de urgência.....	162
2.4.3.1 Requisitos.....	162
2.4.3.2 Espécies	163
2.4.3.3 Contracautela e responsabilização.....	169
2.4.3.4 Poder geral de cautela e atipicidade	170

2.4.3.5	Tutela de urgência pré-arbitral	171
2.4.3.6	Requerimento em caráter antecedente	172
2.4.4	Tutela da evidência	177
3.	Estrutura do Poder Judiciário – organização judiciária.....	179
3.1	Garantias do Poder Judiciário.....	180
3.1.1	Garantias institucionais	180
3.1.2	Garantias funcionais	181
3.2	Organização judiciária.....	182
3.2.1	Supremo Tribunal Federal.....	183
3.2.2	Superior Tribunal de Justiça	185
3.2.3	Justiça Federal	186
3.2.4	Justiça do Trabalho	187
3.2.5	Justiça Eleitoral.....	187
3.2.6	Justiça Militar	189
3.2.7	Justiça Comum Estadual	189
3.2.8	Conselho Nacional de Justiça.....	189
4.	Competência jurisdicional.....	192
4.1	Generalidades	192
4.2	Competência internacional e competência interna	192
4.3	Cooperação jurídica internacional.....	194
4.4	Cooperação jurídica nacional.....	196
4.5	Competência territorial	198
4.6	Competência objetiva	210
4.7	Competência funcional	210
4.8	Competência absoluta e competência relativa. Modificações da competência. Prorrogação e prevenção da competência	211
4.9	Controle da competência – conflito de competência e arguição de incompetência.....	223
Capítulo 6 – AÇÃO: CONDIÇÕES, ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONEXÃO E CONTINÊNCIA		229
1.	Da ação: conceito, natureza jurídica e espécies.....	229
1.1	Conceito.....	229
1.2	Natureza jurídica	230
1.3	Classificação das ações.....	236
1.4	As sentenças e a classificação das ações.....	237

2. Condições da ação	241
2.1 Legitimidade das partes	244
2.2 Interesse de agir	250
3. Elementos de identificação das ações	254
3.1 Elementos de identificação das ações	254
3.2 O elemento causal – <i>Causa petendi</i>	255
3.3 Elemento subjetivo	257
3.4 Elemento objetivo – o pedido	262
3.5 Pedido de prestação indivisível	269
3.6 Pedido cominatório	270
3.7 Alteração dos elementos de identificação das ações	276
4. Conexão e continência de ações: concurso e cumulação de ações	280
4.1 Aspectos gerais	280
4.2 Espécies de conexão	283
4.3 Cumulação e concurso de ações	285
4.3.1 Cumulação de ações espécies	289
4.3.2 Cumulação de ações requisitos	290
Capítulo 7 – PROCESSO, PROCEDIMENTOS E ATOS PROCESSUAIS	295
1. Processo e procedimento	295
1.1 Procedimentos em espécie	297
2. Atos processuais	306
2.1 Forma dos atos processuais	306
2.1.1 Da prática eletrônica de atos processuais	312
2.1.2 O papel do Conselho Nacional de Justiça na transformação tecnológica do Poder Judiciário e o Programa “Justiça 4.0”	315
2.2 Tempo dos atos processuais	324
2.3 Lugar e tempo dos atos processuais	327
2.3.1 Contagem dos prazos processuais	330
2.4 Verificação dos prazos e suas penalidades	334
2.5 Comunicação dos atos processuais	336
2.6 Comunicação eletrônica dos atos processuais	336
2.7 Cartas	340
2.7.1 Carta precatória e rogatória. Efeito suspensivo	344
2.8 Citação	344
2.8.1 Efeitos da citação	346

2.8.2	Modalidades de citação.....	349
2.8.2.1	Citação por meio eletrônico.....	352
2.8.2.2	Citação postal.....	356
2.8.2.3	Citação por oficial de justiça.....	358
2.8.2.4	Citação com hora certa.....	359
2.8.2.5	Citação por edital.....	361
2.9	Intimações.....	363
3.	Nulidades.....	370
4.	Negócios jurídicos processuais.....	372
4.1	Calendário processual.....	375
Capítulo 8	SUJEITOS DO PROCESSO E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA...	377
1.	Sujeitos do processo.....	377
1.1	Partes.....	377
1.2	Litisconsórcio.....	381
1.3	Intervenção de terceiros.....	388
1.3.1	Generalidades.....	388
1.3.1.1	A qualificação de terceiro.....	390
1.3.1.2	Efeitos da intervenção.....	393
1.3.2	Espécies de intervenção.....	394
1.3.2.1	Assistência.....	395
1.3.2.2	Recurso do terceiro prejudicado.....	401
1.3.2.3	Denúnciação da lide.....	403
1.3.2.4	Chamamento ao processo.....	415
1.3.2.5	Intervenção <i>iussu iudicis</i>	419
1.3.2.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica....	420
1.3.2.7	<i>Amicus curiae</i>	423
1.3.3	Intervenção de terceiros no Juizado Especial Cível.....	425
1.4	O juiz.....	426
1.4.1	Poderes e deveres do juiz.....	427
1.4.2	Suspeição e impedimento.....	432
1.5	Auxiliares da justiça.....	436
1.6	Ministério Público.....	439
1.7	Advocacia Pública.....	441
1.8	Defensoria Pública.....	443

Capítulo 9	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	445
1.	Generalidades	445
2.	Formação do processo	446
2.1	Formação do processo e distribuição por dependência das ações repetidas	452
2.2	Formação do processo e indeferimento do pedido <i>in limine</i>	455
2.3	Atuação jurisdicional <i>ex officio</i> . Visão prospectiva	456
3.	Suspensão do processo	462
3.1	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	465
3.2	Suspensão convencional do processo	468
3.3	Suspensão pela alegação de incompetência, impedimento e suspeição	468
3.4	Suspensão nos recursos repetitivos e no incidente de resolução de demandas repetitivas	469
3.5	Suspensão por prejudicialidade	469
3.6	Suspensão por motivo de força maior	472
3.7	Outros casos de suspensão do processo	473
4.	Extinção do processo	473
4.1	Extinção do processo sem resolução de mérito	476
4.1.1	Indeferimento da petição inicial	476
4.1.2	Contumácia das partes	478
4.1.3	Abandono do autor	479
4.1.4	Falta de pressupostos processuais de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo	480
4.1.5	Acolhimento das alegações de preempção, litispendência e coisa julgada	480
4.1.5.1	Preempção	481
4.1.5.2	Litispendência	481
4.1.5.3	Coisa julgada	482
4.1.6	Ausência das condições da ação	482
4.1.7	Existência de convenção de arbitragem	482
4.1.8	Desistência da ação	483
4.1.9	Intransmissibilidade da ação	484
4.1.10	Outros casos	484
4.2	Resolução do processo com análise do mérito	485
4.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido do autor	485
4.2.2	Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	485
4.2.3	Transação	486
4.2.4	Renúncia ao direito em que se funda a ação	486

Capítulo 10 – PROVAS	489
1. Generalidades.....	489
2. Sujeitos da prova e ônus da prova.....	498
3. Sistemas de avaliação da prova.....	503
4. Momento da prova.....	505
4.1 Produção antecipada de prova.....	507
5. Espécies de prova	509
5.1 Prova documental	510
5.1.1 Dos documentos eletrônicos.....	515
5.1.2 Produção da prova documental.....	518
5.2 Exibição de documento ou coisa.....	520
5.3 Ata notarial.....	523
5.4 Prova oral.....	524
5.4.1 Depoimento pessoal.....	526
5.4.2 Prova testemunhal	528
5.4.2.1 Juntada do rol de testemunhas.....	534
5.4.2.2 Depoimentos privilegiados.....	535
5.4.3 Confissão	536
5.5 Prova pericial	539
5.5.1 Realização da perícia. Ciência das partes quanto à data e ao local....	544
5.5.2 Perícia abrangente de mais de uma área de conhecimento.....	544
5.5.3 Prazo para apresentação do laudo e das críticas dos assistentes	545
5.6 Inspeção judicial.....	547
Capítulo 11 – SENTENÇA E COISA JULGADA	549
1. Sentença	549
1.1 Espécies de sentença	554
1.2 Requisitos intrínsecos da sentença. Congruência e certeza.....	558
1.3 Requisito intrínseco. Especificidade. A sentença e a tutela específica	560
2. Coisa julgada.....	561
2.1 Generalidades	561
2.2 Limites objetivos da coisa julgada.....	568
2.3 Limites subjetivos da coisa julgada	572
2.4 Meios de defesa da coisa julgada	577
2.5 Relativização da coisa julgada.....	580

Capítulo 12 – TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	583
1. A tutela satisfativa – cumprimento da sentença e execução de título executivo extrajudicial	583
1.1 A sistemática do cumprimento da sentença e da execução de título extrajudicial no Código de Processo Civil de 2015	587
1.2 Teoria geral do cumprimento da sentença e da execução extrajudicial.....	591
1.2.1 Fundamentos processuais e materiais da execução e do cumprimento da sentença.....	591
1.2.2 Princípios do processo de execução e do cumprimento da sentença	593
2. Requisitos da execução e do cumprimento de sentença.....	599
2.1 Pressupostos da execução e do cumprimento da sentença.....	599
2.1.1 Inadimplemento do devedor.....	599
2.1.2 Título executivo	602
2.1.2.1 Requisitos do crédito exequendo.....	602
2.1.2.2 Títulos executivos judiciais.....	604
2.1.2.3 Liquidação dos títulos judiciais.....	611
2.1.2.4 Títulos extrajudiciais. Título executivo. Prova inequívoca. Tutela antecipada e execução	616
2.1.2.5 Títulos executivos extrajudiciais.....	617
3. Espécies de execução	624
3.1 Generalidades	624
3.2 O moderno cumprimento provisório de sentença.....	632
4. Pressupostos processuais e condições da execução por título extrajudicial e do cumprimento da sentença.....	634
4.1 Pressupostos processuais e condições da execução extrajudicial e do cumprimento da sentença	634
4.1.1 Condições da ação.....	634
4.1.2 Competência jurisdicional	637
4.1.2.1 Competência e execução por título extrajudicial	638
4.1.2.2 Competência e cumprimento da sentença	639
BIBLIOGRAFIA	641